

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O LIBERALISMO NO BRASIL: DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA ATÉ O
PERÍODO REGENCIAL.**

Aparecida Maria Maia de Macêdo Moreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O LIBERALISMO NO BRASIL: DO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA ATÉ O
PERÍODO REGENCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito obrigatório para
conclusão de curso de Licenciatura em
Ciências Sociais desenvolvido sob orientação
do Professor Dr. Emerson Oliveira do
Nascimento.

Maceió-AL
Novembro 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, pois sem ele nada seria possível e aos meus pais (in memoriam), razão da minha existência.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação e em especial à professora Evelina Antunes pelo incentivo e consideração.

Ao meu orientador Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento, pela dedicação e atenção neste trabalho.

Ao meu esposo, filhos e netos pelo carinho, paciência e força.

A todos os colegas pelo companheirismo.

Ao saudoso professor Paulo Décio Mello (in memoriam) por ter me iniciado neste projeto.

EPIGRAFE

“A chave do futuro é, pois, a liberdade, princípio maravilhoso que senhoreia as tendências do nosso espírito, que esclarece os instintos do nosso coração, fecunda o nosso trabalho, depura as nossas paixões, ilustra as nossas crenças, alimenta os nossos esforços, que confraterniza todos os homens pelo amor, pela dedicação, pelo sacrifício, que engrandece as nações pela atividade, pela paz, pela justiça e pela instrução. O princípio do futuro é a democracia.”

RUI BARBOSA.

RESUMO

A primeira metade do século XIX pode ser considerada um dos momentos mais cruciais da história da sociedade brasileira. Os acontecimentos que se desenvolveram no país entre 1808 a 1840, fazem parte de um processo social e político de grande importância e estão inseridos na transição do Brasil colonial, para a situação de país livre. Estado soberano não mais sujeito às restrições coloniais e que por isso tem de buscar uma nova configuração da sua política e economia. As ideias liberais influenciaram os movimentos revolucionários e a separação política entre Brasil e Portugal. Esse estudo procura compreender os acontecimentos relacionados com o liberalismo ocorridos nos períodos da independência, I reinado e regências do Brasil, que contribuíram pra a construção da democracia.

Palavras Chave: Ideias liberais, Independência, democracia.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – DEFINIDO O LIBERALISMO

1.1 – AS IDEIAS LIBERAIS NO BRASIL NO INICIO DO SECULO XIX

1.2 – IDEIAS LIBERAIS E DEMOCRATICAS NO BRASIL. (SÉCULO XIX).

1.3 – FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O LIBERALISMO.

CAPÍTULO II – O ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA COLONIAL

2.1 – AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO BRASIL NO INICIO DO SECULO XIX

2.2 – LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SECULO XIX

2.3 – O PROCESSO DE INDEPENDENCIA DO BRASIL E AS IDEIAS LIBERAIS.

CAPÍTULO III – A POLÍTICA DURANTE A INDEPENDENCIA, I REINADO E REGENCIAS NO BRASIL.

3.1 - AS REGENCIAS E A REFORMA CONSTITUCIONAL.

3.2 - A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS E O LIBERALISMO.

CONCLUSÃO

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.

INTRODUÇÃO

O liberalismo durante o processo de independência, I reinado até o final do período regencial, precisamente na primeira metade do século XIX, foi o tema escolhido para este trabalho, por ter despertado minha curiosidade nas aulas de Ciência Política e Formação Social e Política do Brasil, onde vi a provável relação do liberalismo com a democracia e a influencia dessas ideias nos acontecimentos históricos do país.

Sabe-se que todas as constituições brasileiras definem o Brasil como um país democrático. Todavia continua uma sociedade desigual. Tendo-se o conhecimento de alguns fatos da historia do país, procurará analisar suas contribuições para a implantação deste regime tão polêmico em nosso país.

A pesquisa bibliográfica baseia-se na leitura de textos de livros e sites, dos escritores que tratam do assunto com muita propriedade. Dentre eles estão: Emília Ivoti Costa, Donald Stewart, Norberto Bobbio, Raimundo Faoro, Boris Fausto, Gloria Gohan, Florestan Fernandes, Marco Morel e outros. O trabalho está dividido em três capítulos:

No primeiro, define as ideias liberais, que foram criadas pelos pensadores ilustrados na Europa no século XVIII como uma ideologia ou doutrina de varias correntes, que se encontra no princípio da razão e na noção de que o indivíduo tem o direito à vida, à felicidade e a liberdade individual de buscar a prosperidade e seu bem estar. Segundo Boris Fausto (quando as pessoas buscam seu próprio bem estar, beneficia também a coletividade).

Surgem no Brasil no século XIX, já como liberalismo e apesar de ter influencias Europeias, tinha características próprias. Costa (1999) diz que os principais adeptos foram as elites que almejavam a liberdade de comércio e a autonomia administrativa.

Também fala da relação entre liberalismo e democracia, que no princípio, não havia uma demarcação nítida entre eles.

Ressalta ainda, o pensamento político e social Brasileiro, que segundo Faoro (1973), tentou agregar o liberalismo, mas não tinha uma estrutura favorável às alternativas liberais e democráticas e que, este pensamento sempre foi interrompido pelo estado patrimonialista herdado de Portugal.

O segundo capítulo tem como objetivo mostrar, que com a chegada da corte Portuguesa ao Brasil ocorreu grandes transformações no campo político e econômico do

país. Boris Fausto (1995) diz que muitos conflitos aconteceram entre os liberais Portugueses e Brasileiros, gerando uma crise que terminou com o sistema colonial que duraram três séculos.

Descreve, segundo Gohn (1995) uma série de manifestações moldadas pela ideologia liberal, que girava em torno da independência do país e da construção de espaços nacionais. Os ideais de igualdade e fraternidade tinham dificuldade de se realizar, devido à incoerência dos objetivos dos grupos.

Uma das manifestações mais marcantes do período foi a revolução Pernambucana de 1817. Os grupos também tinham objetivos diferentes, mas o denominador comum foi o desfavorecimento nordestino.

Também mostra de acordo com F. Fernandes (1975), que a independência Brasileira constitui a primeira grande revolução social do país, o primeiro indicio de nação. Para ele, quem forneceu a filosofia política necessária para a criação de um estado livre, foi o liberalismo.

O terceiro e último capítulo, analisa a política do período, que segundo Costa (1999) surgem dois grupos divergentes, o liberal e o conservador.

Com a pretensão de acatar as ideias do grupo opositor, foi promulgada a primeira constituição do Brasil, entretanto, foi criado um quarto poder, o moderador, que dava plenos poderes ao imperador. O sistema eleitoral adotado foi baseado no voto indireto e com grandes exigências, principalmente no que diz respeito à renda.

Insatisfeitos com a situação do país, as elites e os grupos locais estavam sempre em atrito e na maioria das vezes, acabavam em choques violentos.

Boris Fausto (1995) relata que depois da abdicação de D. Pedro I, teve início o período regencial que foi um dos mais agitados da nossa história política. Os debates giravam em torno dos temas de centralização e descentralização.

Para tentar conciliar os grupos, repensar o poder moderador e preservar a unidade nacional, criou-se uma emenda constitucional em 1834, denominado de ato adicional.

Mostra também, Segundo Morel (2003), que devido os embates políticos e as transformações que estavam acontecendo, houve a emergência de se formar os primeiros partidos políticos no Brasil.

Costa (1999), fala que os partidos formados, liberal e conservador, nos seus discursos, pareciam estar lutando por causas distintas, mas as divergências políticas não eram tão grandes como pareciam.

Ela diz, que a luta política nesse meio, era pelo poder entre famílias que tinham mais prestígios. A política era um produto de alianças ou rivalidades familiares.

Finalmente, conclui-se com os estudos realizados, que uma das coisas que o liberalismo acredita, é que os cidadãos tem que ter liberdade para participar da vida política do país em todas as áreas da sociedade, pois só assim, a democracia será realmente exercida.

Acredito que a liberdade que o liberalismo almeja, não é a utopia de que todos obtenham os mesmos resultados e sim, que todos tenham possibilidades e nesse caso, a educação deve ser o ponto de partida para que todos, além de ter uma vida financeira melhor, tenham a consciência dos seus direitos como cidadãos.

No Brasil, devido à herança cultural de um sistema escravocrata, os indivíduos não são estimulados à participação política e nem ao exercício de cidadania e por consequência disso, ainda vive uma grande desigualdade social.

Mesmo assim, nota-se um grande avanço na participação da população, que se une para reivindicar seus direitos e por mais políticas sociais duráveis e também, uma favorável participação política das classes que sempre foram reprimidas, como a das mulheres.

Para concluir creio que, se no Brasil não houver uma sociedade efetivamente participativa, não há como combater, ou reduzir a desigualdade social. Portanto, seria interessante, que a pesquisa sobre o assunto prosseguisse e ampliasse o campo de estudo, nos mostrando quais os mecanismos e instrumentos, pelos quais os cidadãos possam ativamente exercer sua cidadania.

CAPÍTULO I – DEFININDO O LIBERALISMO.

Para tentarmos entender a relação do liberalismo com os acontecimentos ocorridos no período imperial do Brasil é interessante fazer uma breve definição do mesmo.

Segundo Boris Fausto (1996), desde o século XVIII, as ideias liberais vinham sendo gestadas e ficou conhecido pela expressão “pensamento ilustrado”. Os pensadores ilustrados, homens como Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau, apesar de divergirem muito entre si, tinham como ponto comum, o princípio da razão. Segundo eles, pela razão atingem-se os conhecimentos úteis ao homem e, através dela pode-se chegar às leis naturais que regem a sociedade.

As concepções ilustradas deram origem ao campo sócio político ao pensamento liberal, em seus diferentes matizes. Um fundo comum às várias correntes do liberalismo se encontra na noção de que a história humana tende ao progresso, ao aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, a partir de critérios propostos pela razão. A felicidade é o verdadeiro desígnio da sociedade e deve ser alcançado através da liberdade individual, criando-se condições para o desenvolvimento das aptidões e para suas participações na vida política.

No plano econômico, o liberalismo sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos.

“No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles e não no poder dos reis, se encontra a soberania. O alcance da representação traçou uma linha divisória entre liberalismo e democracia ao longo do século XIX. As correntes democráticas defendiam o sufrágio universal, ou seja, o direito de representação conferido a todos os cidadãos de um país, independentemente de condição

social, sexo, cor ou religião, ou mesmo a democracia direta, isto é, o direito de participar da vida política sem conferir mandato a alguém”. (p.66).

Von Mises (2010), diz que para saber o que é o liberalismo e quais os seus propósitos, não poderá simplesmente voltar-se para a história para informar-se e saber o que defendiam os políticos liberais e quais as metas que queriam alcançar, pois em nenhum lugar o liberalismo conseguiu executar seu programa tal como pretendia. Nem mesmo é suficiente formar uma ideia do liberalismo com base nos escritos de seus fundadores. Ele não é uma doutrina completa nem um dogma imutável, pois muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis, a doutrina do liberalismo é hoje diferente do que foi naquela época. Ele relata que o liberalismo:

“É uma ideologia, uma doutrina da relação mútua entre os membros da sociedade e ao mesmo tempo aplicação dessa doutrina à conduta dos homens numa sociedade real. Não promete coisa alguma que exceda o que possa ser obtido na sociedade pela sociedade. Busca unicamente dar uma coisa aos homens: O desenvolvimento pacífico e imperturbável do bem estar material para todos, com a finalidade de a partir disso, protege-los das coisas externas, da dor e sofrimento, na medida em que isso esteja ao alcance das instituições sociais.” (p.201).

O escritor Stewart (1995) no seu livro “ O que é o liberalismo”, fala que ele surgiu como uma forma de oposição às monarquias absolutas e ao seu correspondente regime econômico, o mercantilismo.

O regime mercantilista pressupõe a existência de um Estado, seja ele representado pela monarquia ou por um governo republicano, com poderes para intervir na economia a fim de promover o desenvolvimento e redistribuir a renda. Com esse objetivo, favores e privilégios são concedidos às elites e aos grupos de pressão, na presunção de que assim se estaria protegendo o cidadão de algo desagradável, ou proporcionando algo desejável. Devemos ter em mente que no início do século XIX a produção mercantil organizada dependia de uma concessão do monarca que determinava quem iria produzir o que e qual região seria abastecida por determinado produto.

No início do século XIX a ideia dominante entre as elites intelectuais era o liberalismo. Ser intelectual era ser liberal. A partir de então, o sopro de liberdade mudou a humanidade. Começaram a cair as monarquias absolutas e a separação entre a igreja e o estado.

Mais tarde, o liberalismo veio a ser considerada uma “explicação dos mais pobres”. As grandes beneficiadas de seu advento foram as massas, pois possibilitou mais conforto às pessoas. Segundo Stewart (1995), “O liberalismo é uma doutrina política que utilizando ensinamentos da ciência econômica, procura anunciar quais os meios a serem adotados para que a humanidade, de uma maneira geral possa afetar o seu padrão de vida” (p. 13).

Costa (1999) fala que o liberalismo foi originalmente uma ideologia burguesa, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial. As noções liberais surgiram das lutas da burguesia contra os abusos da autoridade real, os privilégios do clero e da nobreza, os monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre. Na luta contra o absolutismo, os liberais defenderam a teoria do contrato social, afirmaram a soberania do povo e a supremacia da lei e, lutaram pela divisão de poderes e pelas formas representativas de governo. Para destruir os privilégios corporativos, converteu em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade. Aos regulamentos que inibiam o comércio e a produção opôs a liberdade de comércio e de trabalho.

1.1 - AS IDEIAS LIBERAIS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

No início do século XIX ocorreram muitas lutas sociais no Brasil, inspiradas na doutrina liberal europeia.

O significado das ideias liberais no Brasil era muito restrito e não tinha a mesma função da Europa, pois lá era uma ideologia voltada contra os privilégios da nobreza e aos entraves do feudalismo e ao desenvolvimento da economia. Enquanto que no Brasil o liberalismo tinha uma pobreza ideológica, por não existir na época uma burguesia ativa que servisse de suporte para essas ideias. Além do mais, essas ideias eram incompatíveis com a

realidade brasileira sob muitos aspectos: A falta de informação das mesmas, devido ao analfabetismo, à marginalização à vida política e a falta de acesso aos meios de comunicação.

“Apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras de autores europeus que liam frequentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas”. (Costa. 1999. p. 30).

Antônio Paim (1998) escreve sobre as origens e evolução do liberalismo no Brasil e diz que este tem suas origens a partir de influências anglo-saxãs (Inglesa e Americana), sendo a influência Francesa limitada ao liberalismo doutrinário, que nada mais era do que a versão Francesa do liberalismo Inglês e que nada tinha de semelhante com o liberalismo radical da revolução Francesa.

Ele mostra a existência de uma corrente liberal lusa- brasileira própria, cujos dois maiores expoentes seriam Hipólito da Costa e Silvestre Pinheiro Ferreira. Este último seria responsável por alguns aspectos únicos do liberalismo luso-brasileiro, que diferenciava das tradições liberais estrangeiras. O liberalismo Brasileiro após a marginalização dos elementos liberais exaltados seria principalmente ligado ao conceito de constitucionalidade, de império de lei, dando menor importância a outros aspectos em outras tradições liberais, tais como a representatividade.

“A denominação deste último não significa que encare preferentemente o ponto de vista do sistema representativo. Na verdade, tanto conservadores como liberais encontram-se nos marcos do liberalismo, isto é, daquela corrente de pensamento político que se bateu pela adoção de uma constituição e pela eliminação do poder absoluto do monarca, propugnando a sua divisão com uma parte da sociedade que para tanto elege representantes”. (Paim 1998).

Neves (2001), fala que para tentar entender o liberalismo no Brasil, deve-se observar como essa ideia era absorvida no país. Na época, o Brasil vivia sob a regência de um monarca Português e possuía uma elite que desejava uma emancipação política, mas

desejavam manter a ordem vigente sem alterar o quadro socioeconômico, pelas vantagens proporcionadas pelas relações.

Relata que, o liberalismo a princípio apresentava-se com o conceito de liberdade que tentava atender as duas formas que emergiram a de reformadores e conservadores. O liberalismo reformador era voltado para o indivíduo, onde ele exercia o que desejava e como desejava, embora tivesse que ser moderado, conforme regência da lei, mantedora da ordem. O conservador seguia uma linha de continuidade política, favorável às vantagens de um poder duradouro e uma permanência com intuito de manter a ordem e, propunha o povo sujeito ao poder do monarca. Em ambas as vertentes, observava-se a figura do monarca criando diferenciação em esferas de classes em que umas eram subordinadas, outras subordinam e uma terceira que se torna excluída.

“Os principais valores da cultura política do mundo luso-brasileiro eram então definidos. O principal esforço direcionava-se no sentido de introduzir reformas, mais do que patrocinar revoluções. Aceitava-se, portanto uma monarquia constitucional, em que uma elite de talentos era capaz de orientar a opinião pública: Uma liberdade ligada a ordem e uma igualdade regulamentada pela lei”. (p.90).

Faoro (1973) faz uma oposição entre um liberalismo Português e outro brasileiro. O Português segundo ele se apresenta como constitucionalismo, onde deste tipo de liberalismo o rei utiliza um estado com máscara constitucional, onde há prerrogativas para seus súditos. O brasileiro surge em oposição ao poder da coroa e buscava a liberdade contra o colonialismo no Brasil, o poder era moderador e não um estado absolutista.

Para ele, o debate liberal no Brasil inicia-se sob um clima de patrimonialismo lusitano e, tinha como característica absorver as mudanças e lhes dar novas feições segundo seus objetivos. O liberalismo brasileiro tem pouco de político e muito mais de econômico. Onde o objetivo econômico de nossas classes era a manutenção de seus privilégios e a busca da autonomia das forças privadas.

“O credo liberal, em nome do qual se sublevaram os Portugueses, cristalizado na aspiração constitucionalista, seria o meio de cativar os

brasileiros, num abraço ideológico que homogeneizaria todo o império.”
(p.08).

Segundo Costa (1999), os brasileiros adeptos às ideias liberais no Brasil, pertenciam às categorias rurais e queriam conquistar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa. No entanto, quando se tratava de renunciar à propriedade escrava e ao latifúndio havia um entrave. Em todas as revoluções no Brasil o maior problema sempre foi a escravidão. Ou seja, a defesa do liberalismo terminava quando se tocava na questão da libertação dos escravos.

“No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos e, ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo em que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre comércio”. (p. 154).

Os preceitos liberais repercutiram pela elite, ressoou na população nativa e, foi entendido, que o processo de independência poderia significar a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor, das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso a universidade de Coimbra e do clero superior, como afirma V. Costa:

“Abolir as diferenças de cor branca, preta e parda, oferecer iguais oportunidades a todos sem qualquer restrição, era o principal objetivo das massas mestiças que viam nos movimentos revolucionários a oportunidade de viverem em igualdade”. (Costa. 1999.p.31).

Para as massas, os preceitos das ideias liberais era uma forma de lutar pela independência, pois essa se configurava uma luta contra os brancos e seus privilégios.

A história das ideias liberais no Brasil nas primeiras décadas do século XIX é um campo bastante polêmico, sendo que muitas vezes os autores possuem visões diferentes do que tratam essas ideias e quais suas raízes e origem.

1.2- IDEIAS LIBERAIS E DEMOCRÁTICAS NO BRASIL (SÉCULO XIX).

Segundo alguns historiadores, não havia no Brasil no início do séc. XIX uma demarcação nítida entre liberalismo e democracia. A luta pela independência, por sua vez, obscureceu as diferenças de ideias e interesses, favorecendo a formação de uma frente comum contra Portugal. Porém, uma vez conquistada a independência, as diferenças começam a aparecer. Nas diversas lutas de grupos políticos ideais e interesses andavam misturados, embora não seja difícil reconhecer quais eram os princípios dominantes. Entre os liberais radicais era o agrupamento que mostrava uma tendência democratizante.

Baseando-se nas ideias de Rémond (1981), pode-se dizer que a democracia em relação ao liberalismo é, não apenas um derivado, um complemento mais ou menos complexo em diversos aspectos, mas, sobretudo uma correção em termos políticos sociais, do liberalismo original, no que diz respeito à participação da sociedade no poder do estado. Na busca da sua concretização é fundamental sua historicidade, é um passo a mais na realização da igualdade humana.

Para Rémond, o grande engano a respeito do liberalismo é confundi-lo com a democracia no sentido de igualdade entre os indivíduos. O liberalismo pressupõe que todos os homens nascem iguais como a democracia, porém a diferença a partir desse instante afasta um do outro. Nascer no sistema liberal coloca os seres iguais no início, mas ao inserirem-se na sociedade, eles vão mudando. Àqueles que se destacarem mais tem o direito de governar sobre os menos intelectuais, e é aí que a igualdade se desfaz.

A história do liberalismo e da democracia está relacionada e é difícil fazer um delineamento entre uma e outra forma de gestão. “Ainda por sua variação durante os períodos históricos, temos, pois dificuldades intrínsecas à diferenciação entre um e outro. As ligações entre uma e outra manifestação não eram nítidas”. (Rémond. 1981. p.50).

A democracia como visto, pressupõe uma universalidade, uma igualdade que o liberalismo não contemplava em primeira instância.

As ideias de liberalismo e democracia não se ligaram muito até a metade do séc. XIX nota-se que as concepções liberais e democráticas nessa época, apresentavam-se muitas vezes separadas.

Segundo Bobbio (1988) A interdependência entre liberalismo e democracia foi se ampliando no decorrer do tempo. Enquanto no início puderam se formar estados liberais que não eram democráticos, com o passar do tempo, estados liberais não democráticos não seriam mais concebíveis e nem estados democráticos que não fossem também liberais.

Ele ressalta que durante todo o séc. XIX aconteceu a contraposição entre:

- Liberais radicais (liberais e democratas) X Liberais e conservadores (liberais e não democratas, interessados, em resistir à ampliação do sufrágio).
- Democratas Liberais X Democratas não Liberais ou Radicais (interessados mais na distribuição de poder do que em sua limitação, nas instituições de autogoverno do que na divisão do governo central, na separação horizontal do que na vertical dos poderes, mais na conquista da esfera pública que na cuidadosa defesa da esfera privada).

Ele explica que a relação entre liberalismo e democracia pode ser representada segundo três combinações:

- 1- Liberalismo e Democracia são compatíveis. Pode existir um estado liberal-democrático, mas também um estado liberal não democrático.
- 2- Liberalismo e Democracia são antiéticos. A democracia levada as suas últimas consequências pode destruir o seu estado liberal, ou pode se realizar plenamente apenas num estado social que tenha abandonado o ideal no estado mínimo.
- 1- Liberalismo e Democracia estão ligados um ao outro, pois apenas a democracia está em condições de realizar plenamente os ideais liberais e apenas o estado liberal pode ser a condição de realização da democracia.

1.3- FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O LIBERALISMO.

Albuquerque (1981) fala que a formação social brasileira esteve subordinada jurídica e politicamente à formação social portuguesa que até 1820 (Revolução liberal do Porto), se organizava como um estado absolutista. Isto significa que em suas transformações, o estado Português incorporar à sua estrutura feudal formas políticas de transição. Como ocorreu em outros estados absolutistas, na formação social Portuguesa, houve sucessivos deslocamentos do polo de dominância política em que detiveram o poder, representantes da classe feudal e de setores da burguesia.

Segundo ele, a assimetria representada pela não correspondência entre o centro econômico, o Brasil e o centro jurídico-político, Portugal, tornou-se tão nítida que mais de um plano foi elaborado para a transferência do centro político de Lisboa para o Brasil. Este projeto foi concretizado em 1808, quando o estado absolutista Português se instalou no Brasil.

Santos (1978) escreve que em virtude do desdobrar da campanha napoleônica na Europa, a casa real Portuguesa, aliada secular da Inglaterra, viu-se objeto da belicosidade francesa e obrigada a abandonar a Europa a fim de manter-se intacta. A solução era

“Transferir-se então em 1808, a administração do reino Português para o então vice- reinado do Brasil. Com a chegada da corte inicia-se uma série de medidas que irão desembocar na independência, por ser impossível ao país voltar à condição de colônia. Abrem-se os portos brasileiros ao comercio exterior e extinguem-se as relações de entreposto que o comercio nacional mantinha com Portugal. As negociações se fazem agora diretamente entre o país e seus clientes.”. (Santos. 1978.p.23)

Faoro (1973) fala que a origem do pensamento político do Brasil, é o pensamento político Português. A conquista da colônia prolonga a metrópole e interioriza geograficamente a partir de 1808, como se dizia nos documentos oficiais.

Ele ressalta que na base que se constitui o eixo sobre o qual gravitará o pensamento político Brasileiro há o encontro de duas rotas. Caberá indagar quais eram essas correntes e qual a natureza dessa combinação sobre a qual repousa a pergunta a cerca de um pensamento político autônomo e centrado no país. O momento e o processo da junção será a independência e Cita Oliveira Lima:

“A independência tal qual se operou, teve o caráter de uma transação entre o elemento nacional mais avançado, que preferiu substituir a velha supremacia portuguesa por um regime republicano segundo o adotado nas outras colônias americanas, por esse tempo emancipadas, e o elemento reacionário, que era o lusitano contrário a um desfecho equivalente no seu entender, a uma felonía da primitiva possessão e a um desastre financeiro e econômico da outra metrópole (Oliveira Lima 1947p. 11)” (p.34).

Essa transação consagrou a ideologia liberal preparada pela filosofia política ou uma mera contemporização, uma conciliação que conserva o antigo como verniz novo?

“Da incongruência da dinâmica do pensamento político, resultou que todas as faces suprimidas se recompõem como substitutos numa realidade absolutistas, ainda que reformista, neo pombalina em um momento industrialista em outro, nunca com os olhos voltados ao povo brasileiro, primeiro no respeito aos seus direitos, depois as suas reivindicações sociais.” (p.55).

Para Faoro, o pensamento político brasileiro foi sempre interrompido pelo forte arcabouço desenvolvido pelo estado patrimonialista brasileiro, herdado de Portugal com a colonização e mantido depois com a independência do país. Desse modo, o pensamento político brasileiro foi suplantado pela ação do estado patrimonialista, de base portuguesa.

O autor questiona que a peculiaridade do pensamento político brasileiro foi tentar agregar o liberalismo sem ser adequadamente liberal, e, além disso, manter uma estrutura hierárquica excludente e desfavorável a alternativas democráticas.

Fala que a formação do pensamento político brasileiro constituído sob as raízes do império Português verifica-se uma tendência em considerar nossa gestação como fruto de uma consolidada ordem patrimonial.

Ele analisa a estrutura de poder patrimonialista adquirida do estado Português por nossos antepassados, tendo sido este inteiramente importado em sua estrutura administrativa para a colônia na época pós-descobrimento, fato que depois foi reforçado pela transmigração da coroa lusitana no século XIX. O patrimonialismo seria para ele a característica mais marcante do desenvolvimento do estado brasileiro através dos tempos.

Ainda segundo os relatos de Faoro (1973), o conceito de patrimonialismo brasileiro enquanto uma prática social, que não efetua a fundamental diferença entre a esfera pública e a privada na vida política. Esfera pública e privada é misturada em um único poder central originada ou do governante ou dos indivíduos retentores do poder político. Nesta época o liberalismo brasileiro era encarado nesta conjuntura, submetida a uma ordem patrimonial:

“As deficiências do liberalismo político estão na base das fraquezas do liberalismo econômico. Embora entre nós, um não tenha saído do outro, com mais desencontros do que encontros, na base da nacionalidade do liberalismo econômico estão os elementos previsíveis e calculáveis do estado de direito. Esta nacionalidade formal é o grande obstáculo de um e de outro para vencer o patrimonialismo”. (p.27).

No livro *Raízes do Brasil*, Holanda (1936) estabelece diferenças importantes entre o estado patrimonial e o burocrático, ressaltando a extrema dificuldade de se conceber no Brasil uma organização política e pública de caráter impessoal. “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formadas por tal ambiente compreenderem a distinção fundamental entre o público e o privado” (p.105).

Ele ressalta que a peculiaridade do perfil do homem público nacional, que nascido e criado sob um invólucro cultural marcado pela forte presença dos valores de um núcleo familiar de caráter patriarcal, carregava para o âmbito público, os mesmos traços paternalistas delimitadores de sua visão no mundo, de modo a confundir na prática os assuntos aptos ao âmbito pessoal das atividades inerentes à pública.

Denotava a característica do brasileiro como um “homem cordial”. Assim dizia ele sobre esse típico membro da elite detentora do poder político no Brasil. Relata Holanda (1936):

“Para o funcionário “patrimonial” a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular: As funções, os empregos e os benefícios que deles auferem a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como concede no verdadeiro estado burocrático em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurar em garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que exercem as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos”. (p.106).

A cordialidade na política gera um patrimonialismo em que não há distinção do domínio público e privado, sendo a escolha de funcionários pelo empregador pautado pelas relações pessoais.

Para Holanda (1936), O Brasil é uma sociedade onde o estado é apropriado pela família , os homens públicos são formados no círculo doméstico, onde laços sentimentais e familiares são transportados para o ambiente do estado , é o homem que tem o coração como intermédio de suas relações, ao mesmo tempo em que tem muito medo de ficar sozinho.

CAPITULO II - O ENFRAQUECIMENTO DO SISTEMA COLONIAL.

No início do século XIX, as ideias liberais eram usadas por alguns brasileiros como uma arma nas lutas coloniais. E, para entender como se deu o enfraquecimento desse sistema, torna-se necessário falar da etapa colonial.

Albuquerque (1981) descreve a colônia como uma formação subordinada à outra que desempenha as funções de centro das decisões políticas. Esta sujeição política organiza as práticas de dependência econômica, através das quais o centro principal acumula a maior parte do capital produzido na área dominada colonialmente. Portanto, a dominação colonial é necessária para que se reproduzam as práticas de descapitalização na formação social colonizada e para que se realize a transferência compulsória de recursos econômicos para o centro colonizador, onde se realizam as práticas decisivas do poder e a sua legalização jurídica.

“A designação de colônia define assim, um estágio de dominação jurídico-política específica. É pouco precisa esclarecer o funcionamento da estrutura econômica que a suporta. Esta última deve ser explicada pelas análises das relações de produção dominantes. É fácil comprovar esta afirmação no estudo do Brasil: A estrutura econômica brasileira permaneceu predominantemente escravista, mesmo depois que se encerrou jurídica e politicamente a etapa de dominação colonial portuguesa. Era uma da economia escravista dominada colonialmente” (p.145).

Segundo Costa (1999), o sistema colonial montado segundo a lógica do capitalismo comercial e em razão dos interesses do estado absolutista entrou em crise quando a expansão dos mercados, o desenvolvimento crescente do capital industrial e a crise do estado absolutista tornaram inoperantes os mecanismos restritivos de comércio e de produção. Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional apareciam então como obstáculos aos grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais.

Ela fala que o Brasil viveu três séculos sob o regime colonial, mas com a vinda da corte Portuguesa, houve uma crise neste sistema e conseqüentemente a ruptura.

“Muitos conflitos de pontos de vista entre liberais Portugueses e Brasileiros começaram a surgir. Muitas decisões foram tomadas pelas cortes e repercutiram no Brasil como uma declaração de guerra provocando tumultos, manifestações e houve um crescente numero de adeptos á independência”. (p.45).

Ressalta que o único objetivo das classes dominantes de combater o sistema colonial por ele representar a restrição ao comercio e a autonomia administrativa. Para as elites que controlavam os movimentos sociais, as ideias liberais significavam apenas a liquidação dos laços coloniais e, o maior interesse era preservar a ordem econômica tradicional. Porém, por trás da fachada liberal, existiam muita miséria e escravidão na maior parte do país.

Fausto (1996) relata que a partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta entre a metrópole e a colônia. Logo ao chegar, D. João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Mesmo sabendo que naquele momento “nações amigas” eram equivalentes a Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas Francesas e o comercio não podia ser feito através dele. Para a coroa era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos.

Os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação foram favorecidos, pois se livraram do monopólio comercial da metrópole. Daí para frente seria possível vender a quem quer que fosse sem as restrições imposta pelo sistema colonial. Segundo Fausto:

“A vinda da família real para o Brasil deslocou o eixo da vida administrativa da colônia para o Rio de Janeiro. Esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e uma relativa circulação de ideias foram as marcas do período”. (p.75).

A presença da corte implicava uma modificação no acanhado cenário da colônia, mas não deve-se exagerar nas transformações, pois a marca do absolutismo acompanhava todas as alterações.

2.1- AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

Costa (1999) escreve que os grupos sociais que se associavam aos movimentos em prol da independência eram distintos e, sob os rótulos das ideias liberais ocultavam-se aspirações também distintas.

Também, embora as conspirações que antecederam a independência do Brasil tiveram envolvidos principalmente representantes das camadas superiores da sociedade, elementos das populações urbanas mais desprivilegiadas aderiram com entusiasmo aos movimentos. Entre os participantes, a maioria era composta de proprietários, mas havia entre eles, figuras de origem mais modesta como Tiradentes, alguns escravos e mulatos livres. A revolução tinha várias faces:

“Para o povo composto de negros e mestiços, a independência configurava-se com uma luta contra os brancos e seus privilégios. Para os despossuídos, implicava a eliminação das barreiras de cor e igualdade econômica e social. Para as categorias superiores como fazendeiros e comerciantes, a manutenção da ordem e garantia dos privilégios. Dessa forma o movimento que aglutinava elementos pertencentes a diferentes extratos da sociedade representava aspirações até mesmo contraditórias”. (p.36).

No livro História dos movimentos e lutas sociais de Glória Gohn (1995), ela relata que a série de movimentos e rebeliões ocorridos no Brasil entre 1800-1850, constitui eventos importantes para a construção da cidadania sócio-política do país. Se considerarmos as condições de desenvolvimento econômico do Brasil da época e as dificuldades de comunicação em todas as áreas, observa-se que aquelas lutas se constituíram em atos revolucionários. Ainda que condicionados e moldados por ideologias liberais, os

revolucionários da época foram pessoas que conseguiram romper o provincialismo que suas condições de existência geravam. As reivindicações básicas giravam em torno da construção de espaços nacionais, no mercado de trabalho, do poder político e etc.

Fala que a escravidão não era uma questão a ser tratada ou eliminada na maior parte dos movimentos, isto, porque não se questionava a estrutura de produção existente, mas o modo como ela estava organizada, privilegiando apenas as elites ligadas aos interesses da coroa. Os participantes destes movimentos eram cidadãos das camadas médias, pertencentes às elites intelectuais, membros do clero e também as massas populares que não estiveram excluídas das lutas. Ao contrário, em alguns casos elas participaram como grupo de frente, apesar de serem sempre os mais reprimidos devido à falta de clareza e da politização. Gohn (1995), fala que:

“As lutas e os movimentos que tinham a proposta de construir a cidadania nacional, não sobreviveram devido as suas próprias ambiguidades: Os ideais de solidariedade, fraternidade e igualdade tinham dificuldade para se realizar, pela incoerência interna de seus objetivos e propósitos”. (p.26).

Segundo Bonavides (1997), diante de uma situação de crise em um país, só existem duas opções a serem oferecidas: A revolução ou a reforma. Os meios pacíficos ou os meios violentos. A reforma acontece para corrigir as distorções do sistema, proporcionar a paz social e distribuir a justiça entre as classes ressentidas. Ela serve também para evitar as revoluções que sempre transita pela esfera do imprevisível e desencadeia reações que escapa ao freio nacional.

2.2- LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Gloria Gohn (1995. p. 27-30) Descreve alguns desses movimentos:

1801- CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNAS: Pernambuco propagou as ideias liberais entre setores da pequena burguesia, o clero e profissionais liberais. Eram adeptos da

maçonaria. O nome advém de um de seus chefes, o barão de Suassuna, embora fosse conhecida também como “conjuração dos Cavalcanti”, devido ao sobrenome de seus outros dois chefes: Luiz Francisco e Jose Francisco Cavalcanti. Eles foram influenciados pelas ideias de Napoleão e queriam criar uma república em Pernambuco.

1802-1817- MOVIMENTO DE MAÇONS: Criação de lojas da maçonaria em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro. Elas tinham ligação com o “grande oriente” Francês. Várias academias surgiram, destacando-se a do paraíso, a universidade secreta e as seitas dos pedreiros livres da colônia.

1807- REVOLTA DOS ESCRAVOS: Na Bahia teve início o ciclo das revoltas de escravos da Bahia estendendo-se até 1835, com a insurreição dos escravos mulçumanos. Em 1814 houve uma grande revolta escrava em Alagoas.

1817- REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA: Luta contra o governo da metrópole, buscou a instauração de um governo republicano no Brasil. De inspiração liberal, sofreu influencias de filósofos e das revoluções Francesa e Americana. A época em que ela ocorreu é correspondente a um período de recessão generalizada da economia nordestina e, correspondente também a uma fase de aumento de cobranças de impostos nas regiões de exportação (Pernambuco vivia no comercio exportador), para sustentar os grandes gastos que a presença da família real gerava para a nação.

A revolução de 1817 era composta de líderes comerciantes brasileiros e vários padres, principalmente da ordem dos carmelitas, destacando-se frei Caneca (foi chamada também de revolução dos padres). Eles chegaram a tomar o poder em Recife e implantar um governo provisório, elaborando uma lei orgânica para orientar o novo regime até a promulgação de uma nova constituição para o país, a qual deveria ser elaborada, por uma assembleia constituinte. Assim como outros movimentos da época, esta revolução foi esmagada e vários de seus líderes presos e mortos. É interessante registrar que o sentimento ante lusitano existente entre os participantes, levou-os a criar novas formas de tratamento pessoal: “patriota” e “nós”.

1820- ATOS DE ADESÕES À REVOLUÇÃO DO PORTO: Rio de Janeiro e São Paulo. As notícias da revolução em Portugal (Agosto 1820) chegaram ao Brasil em outubro-novembro do mesmo ano. De norte a sul do país houve fermentações, mas o Rio e Bahia foram palco de explosões, tumultos, passeatas, rebeliões, pronunciamentos de tropas e até confraternização entre Portugueses e Brasileiros. A revolução do porto teve um caráter liberal e constitucionalista e, no Brasil despertou entusiasmo em grupos políticos de diferentes tendências, pois todos eles viam na revolução uma forma de viabilizar seus projetos na colônia. O primeiro efeito da revolução no Brasil foi a transformação das capitanias em províncias.

1821- AGITAÇÕES POLÍTICAS DE RUA EM TORNO DA PARTIDA DE D. JOÃO VI PARA PORTUGAL: No rio de Janeiro, grupos populares chefiados pelo padre Gamboa e por um jovem, Luiz Duprat, reuniram-se na praça do comercio, exigindo que D. João cumprisse a constituição Espanhola enquanto não se ultimava a Portuguesa. O conflito acabou dividindo os radicais brasileiros que não queriam que D. João partisse. E se prolongou com a reivindicação dos Brasileiros, de que o rei deveria deixar as joias e os bens do tesouro da colônia, no caso de a partida ser inevitável, O resultado foram mortes e prisões.

1822- PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL: A partir do sentimento de “luso-fobia” e do agravamento da crise nas relações com a corte, o príncipe D. Pedro I chefiava um processo político do qual era um figurante, aliás, um figurante de oposição. O povo discutiu, segundo o registro de historiadores do período, nas ruas, os acontecimentos, sem ter participação direta do ato.

1822-1823- REBELIÕES CONTRA AS JUNTAS CONSTITUCIONAIS E INFANTARIAS LUSAS: Na Bahia, Pará, Piauí e Paraíba, foram revoltas com intensa participação popular seguidas de declaração de apoio à independência pelo povo.

Segundo Gohn (1995) Se atentarmos para a natureza daqueles conflitos no período do Brasil- Colônia e Império e para as problemáticas que envolviam, observaremos que a despeito da extensão territorial do país e da falta de comunicação existente entre as então províncias da época existia uma grande unidade de aglutinação das reivindicações. Assim, podemos sistematizar as seguintes categorias de problemáticas do século XIX:

“Lutas em torno da questão da escravidão, das cobranças do fisco, de pequenos camponeses, contra legislações e atos de poder público, pela mudança do regime político e entre categorias sócias- econômicas. Essas lutas incorporam-se em diferentes pontos do país. As relativas à questão dos escravos e a proclamação da república tornaram-se as mais famosas na história, pelo fato de estarem relacionadas com os elementos fundamentais do país, o sistema produtivo, o sistema do poder e o controle político”. (p.18).

Fausto (1996) relata que a revolução de 1817 foi uma das mais marcantes ocorridas no período, pois foram gerados por um sentimento de descontentamento resultante das condições econômicas, privilégios concedidos aos Portugueses e o problema da desigualdade regional. No nordeste, o sentimento que imperava era o de que com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da colônia passaria de uma cidade estranha para outra também estranha. Ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Ela abrangeu várias camadas da população, passou de Recife para o sertão e estenderam-se para Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte. O denominador comum dessa revolta foi o desfavorecimento nordestino. Os objetivos dos grupos eram diferentes, para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade, para os grandes proprietários de terras tratava-se de acabar com a centralização imposta pela coroa de tomar em suas mãos o destino do nordeste brasileiro.

2.3 - O PROCESSO DE INDEPENDENCIA DO BRASIL E AS IDEIAS LIBERAIS.

Nos movimentos revolucionários pela independência, diversos grupos sociais foram atraídos pelo discurso liberal, não só setores de elite, mas também a população miserável. Várias reivindicações dos primeiros movimentos revolucionários confundiam-se com aspirações democráticas e liberais, como afirma COSTA (1999):

“As elites e o povo tinham propósitos diversos e ficou claro já nas primeiras conspirações em prol da independência, quando as aspirações dos pretos e mulatos, livres e escravos, a liberdade e a igualdade se chocaram com a independência, senão a hostilidade, por parte das elites”. (p.136).

Ela fala ainda, que ao transformar o liberalismo da teoria para prática, os brasileiros retiraram seu caráter revolucionário. Seu maior desafio era confronta-lo com a escravidão e patronagem.

Fernandes (1975), fala que a autonomia política obtida com a independência gera a necessidade da formação de uma sociedade nacional, onde o poder deixará de se manifestar de fora pra dentro, como acontecia durante o período colonial, para manifestar-se a partir de dentro.

Também, a independência não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social, como dois aspectos correlatos: Como marco histórico definitivo do fim da “era colonial”, como ponto de referencia para a “época da sociedade nacional que com ela se inaugura essa transição das duas “eras” e pode ser considerada como um primeiro indício do surgimento do sentimento de nação”.

Segundo ele, o principal aspecto que colaborou com a construção da sociedade brasileira foi o liberalismo, pois forneceu a elite da época, a filosofia, política necessária para a criação de um estado livre.

“Assim o liberalismo esteve tão presente nas concepções que impulsionaram os conflitos com o rei ou com os “reinos” e nas acomodações impostas pela persistência da ordem social colonial, quanto nos ideais que projetaram o estado e a sociedade nacional com um destino a ser conquistado no futuro”. (p.35)

Carvalho (1980) fala que a herança do pensamento político português assimilado pela elite Brasileira fora responsável por homogeneizar seus princípios, por outro lado, diz

que o ideal liberal foi o combustível para por em prática o processo de independência da colônia Brasileira.

Ele diz que a transmigração da corte para o Brasil não poderia ser considerada sozinha como um fator determinante para a manutenção da unidade dos territórios Brasileiros, pode-se argumentar que a experiência monárquica preparou os brasileiros para tal transição, pois a independência viria com ou sem monarquia.

“A adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da e colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite existente na época da independência, gerado pela política colonial Portuguesa. Essa elite se caracterizava pela homogeneidade ideológica e de treinamento”. (Carvalho. 1981. p.21).

Costa (1999) relata que no dia 9 de janeiro de 1822, o príncipe aceitando a solicitação da Câmara do Rio de Janeiro, desobedeceu as ordens de Lisboa e permaneceu no Brasil. Não se tratava ainda de uma ruptura, pois o gesto de desobediência foi saudado com gritos de “viva a corte, “viva o príncipe, “viva a união de Brasil e Portugal.” Tentava-se ainda manter aberta a possibilidade de se construir uma monarquia dual com sede simultânea em Portugal e no Brasil, visando manter o Brasil como reino unido de Portugal " Ao mesmo tempo preocupava-se preservar a autonomia comercial alcançada.

“Os Portugueses acreditavam que a permanência do príncipe no Brasil poderia evitar um movimento separatista. Os Brasileiros que almejavam a preservação das regalias obtidas e as que pretendiam uma monarquia dual consideravam também essencial a permanência do príncipe no Brasil”. (Costa. 1999. p.47).

Ressalta que, àqueles que almejavam a independência, temiam as agitações do povo e por isso, a permanência do príncipe no Brasil significava a possibilidade de realizar a independência sem alterações na ordem.

Para ela, o liberalismo era, sobretudo à emancipação política, uma arma contra os monopólios Portugueses. Já que seus principais adeptos eram homens ligados ao grande comercio. Assim era possível ser liberal em economia e conservador em política.

Carvalho (2001) fala que em três séculos de colonização os Portugueses tinham construído um enorme país dotado de unida linguística, territorial, cultural e religiosa, mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um estado absolutista.

“O efeito imediato da conquista, (que teve conotação comercial), foi a dominação e o extermínio pela guerra, pela escravização e pela doença de milhões de indígenas. Por isso, na época da independência não havia cidadãos Brasileiros, nem pátria Brasileira. Havia sim, na economia e sociedades Brasileiras, a forte marca do latifúndio monocultor e exportador de base escravista”. (p.19).

Segundo o autor, a escravidão foi o fator mais negativo para a cidadania. Na época da independência, os estados, os funcionários público, as ordens religiosas e os poderes, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão, que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. “A sociedade colonial era escravista de alto e baixo. Escravidão e grande propriedade, não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos.” (Carvalho. 2001. p.21).

Para ele, a independência não introduziu mudança radical no panorama descrito, talvez em função de que a independência do Brasil tenha sido relativamente pacífica, isto é, negociada. A separação foi feita, mantendo a monarquia. “Nada melhor que um rei para garantir uma transição tranquila, sobretudo se esse rei contasse com o apoio popular.” (p.27).

Costa (1999) relata que após a independência, mantiveram-se algumas das tradições anteriores, em que os membros da elite eram formados na ideologia da ilustração. Expurgou o pensamento liberal das suas feições mais radicais talhado para uso próprio, uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. O próprio governo Brasileiro, desde a emancipação sempre procurou adotar uma postura mais centralizadora, mais monárquica e menos federativa, como queriam os liberais. “As elites asseguravam a manutenção de uma elite política que se perpetuou no poder, graças a um sistema de clientela e patronagem.” (p.21).

CAPÍTULO III – A POÍTICA DURANTE A INDEPENDENCIA, I REINADO E REGENCIAS NO BRASIL.

Com a presença da corte Portuguesa no Brasil, aconteceram grandes mudanças na ordem social, econômica e política do país e deu início a uma nova época no Brasil, percebe-se através de vários escritores, que as transformações no país foram influenciadas pelas transformações na Europa. Desde que a família real portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro no ano de 1808, instalou-se no Brasil o regime monárquico.

Até o ano de 1820, D. João, instalou no Brasil várias instituições, já que era aqui que funcionava a sede da monarquia. Com isso, a colônia se desenvolveu em vários níveis, inclusive, a elevação do Brasil à categoria de reino unido de Portugal. Com isso e com a abertura dos portos que já havia acontecido, são medidas que podem ser vistas como liberdade econômica e administrativa do Brasil.

Com a morte de sua mãe em 1818, D. João foi coroado com o título de D. João VI e nesse mesmo tempo, ocorreu o primeiro levante burguês de cunho liberal, onde exigiram a volta de D. João VI pra Portugal e, ao transferir a corte para lá, deixou seu filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil. De 1821 a 1822 o reino unido do Brasil foi governado pelo príncipe regente. Onde adquiriu uma grande ligação com a aristocracia rural e os comerciantes brasileiros, pois lhes eram concedidas muitas vantagens.

Como afirma Costa (1999), muitos conflitos entre os liberais Portugueses e os Brasileiros começaram a emergir e decretos determinavam a volta de D. Pedro para Portugal, nomeando para cada província, na qualidade de delegado do poder executivo, um governador de armas, independentemente das juntas governativas que se tinham criado.

Ela ressalta que as tensões entre a metrópole e a colônia agravaram-se, colocando em risco os compromissos da maioria que compunham a classe dominante do país. Até concordavam com uma monarquia dual, desde que fosse resguardada a autonomia do Brasil.

“Essa era, por exemplo, a opinião de José Bonifácio, figura de proa no movimento da independência, o qual encarava com suspeição as situações

revolucionárias que envolviam mobilização de massas. Mas não era ele o único a se declarar inimigo da democracia e a confessar sua aversão pelas massas em geral. A aversão pelas formas populares de governo, a desconfiança em relação à massa, ignara que compunha a maioria da população, o receio da revolta dos escravos que a situação revolucionária poderia propiciar levaria esse homem a contemporizar, enquanto puderam, com a monarquia Portuguesa.” (p.46).

Sendo assim, o príncipe regente, foi o instrumento ideal para a conquista da autonomia, sem precisar a mobilização das massas. Pois, permanecendo no Brasil, significou a possibilidade de realizar a independência sem alterações e sem agitação da população.

Segundo Fausto (1996), a decisão de o príncipe ficar no Brasil representou a escolha de um caminho sem retorno. As tropas portuguesas recusaram jurar fidelidade a D. Pedro e deixaram o Brasil. O príncipe formou um novo ministério, cuja chefia coube ao brasileiro José Bonifácio. “Ao longo dos acontecimentos que resultaram na independência, definiram-se com clareza, as correntes conservadoras e radicais do partido brasileiro”. (p.83)

Ele explica o significado das expressões conservadoras e radicais, pois ele varia de acordo com a situação histórica. Nos anos anteriores à independência, a corrente conservadora defendia a autonomia do Brasil com relação a Portugal e desejavam uma forma de governo constitucional, com representação limitada, com garantia da ordem e estabilidade social. A corrente radical era formada por monarquistas preocupados em assegurar maior representação popular e as liberdades e, para eles a independência se associava a ideia de república, de voto popular e em alguns casos, de reforma da sociedade.

Bonavides (1992), diz que com o império nasceram dois grupos divergentes: Os liberais e os conservadores. Os dois tinham uma linha teórica imaginária que os diferenciavam, fazendo-os parecerem diferentes. Enquanto os liberais radicais defendiam interesses comerciais urbanos e a burguesia, os conservadores defendiam uma poderosa elite dos grupos econômicos mais poderosos da época, ou seja, grupos ligados a lavoura, plantadores de cana de açúcar e criadores de gado. As divergências entre os grupos, na

verdade, ficavam apenas no campo da teoria, pois ambos só tinham algo em comum, buscavam o poder, como afirma Paulo Bonavides:

“Essa linha divisória imaginária, traçada pelo historiador político, nem sempre reflete a coerência das posições que assumiram as duas forças partidárias do império, pois em face do poder que cobiçavam, a bandeira dos príncipes era deposta para prevalecerem os interesses áulicos, as conveniências de ocasião, as abdições, as acomodações”. (p.37).

Costa (1999), fala que após o incidente do “fico”, convoca-se um conselho de procuradores gerais das províncias, com o objetivo de analisar as decisões das cortes e julgar a sua aplicabilidade no Brasil, promovendo dentro dos limites impostos pelo poder executivo, as reformas e melhoramentos necessários à prosperidade e o desenvolvimento do território Brasileiro.

Ela ressalta que em junho de 1822 D. Pedro I decretou a convocação de uma Assembleia Constituinte. Não era ainda uma proclamação formal de independência. Ao que parece, José Bonifácio não mostrara grande entusiasmo pela convocação, não confiava na capacidade deliberativa de uma assembleia democraticamente eleita. Prevaleceu, no entanto, a proposta de José Bonifácio e da maioria; Uma eleição indireta, pois não eram poucos os que pensavam que os brasileiros não estavam preparados para a eleição direta. Afirmavam que as eleições diretas só serviam aos países de população homogênea, em que estavam difundidos às luzes e virtudes sociais.

“Concedia direito ao voto, a todo cidadão casado ou solteiro de vinte anos que não fosse filho família. Ficavam excluídos os que recebessem salários, ou soldados com exceção dos caixeiros de casa de comercio, os criados da casa real, os administradores de fazendas rurais e fábricas. Também ficaram impedidos os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos”. (Costa 1999, p.52)

Relata ainda, que esses critérios exigidos, eram mais democráticos do que os que foram institucionalizados após a consumação da independência. Logo após a convocação, José Bonifácio tomou várias medidas visando garantir a autonomia. Impôs como condição

para a admissão a cargo público, o juramento prévio à causa da união e independência do Brasil. Os governos provinciais recebiam a recomendação de não darem posse a empregados despachados de Portugal. Aproximadamente na mesma Época, o príncipe determinava que as tropas Portuguesas que tentassem desembarcar no país, deveriam ser consideradas inimigas. Ou seja, era praticamente uma declaração de independência.

Ainda Segundo Costa (1999), um manifesto dirigido á nação em agosto de 1822 pelo príncipe, foi redigido por José Bonifácio, proclamando a independência politica no Brasil "salvo a devida e dolorosa união com Portugal". Pois para ele, havia a necessidade do apoio das potencias Europeias e uma monarquia dual entre o Brasil e Portugal, mas diante das disposições agressivas das cortes, aconteceu o rompimento definitivo com Portugal. Fala que com a realização da independência, tornou-se evidente a diferença entre grupos radicais e conservadores.

"Apesar de ser possível identificar essas duas posições com referencia aos modelos ideais do que significava ser um conservador e um liberal, na realidade é impossível encontrar uma coerência total em indivíduos ou grupos. Havia homens como José Bonifácio, liberais em sua visão dos problemas sociais e econômicos, mas conservadores quanto á organização política." (p.145).

Prado Jr. (1972) fala que essa Assembleia Constituinte de 1823 foi dissolvida e nesse meio D. Pedro I contava com as renovadas forças do absolutismo, mas não ignorava as forças liberais. Por isso prometeu fazer uma constituição mais liberal. Não porque o desejasse, mas por não poder se escusar da onda legalista que imperava no mundo ocidental. E assim, a ideologia liberal teve seu lugar na carta de 1824, pois os interesses dos donos do capital foram atendidos. A nova ordem do poder direcionava-se para um estado liberal sob o aspecto econômico e monárquico constitucional sob o aspecto político. Ele diz que a carta de 1824 era a "tradução do equilíbrio político de uma sociedade em normas jurídicas fundamentais." (p.49).

Gohn (1995), fala que durante o Primeiro Reinado houve uma grande revolta chamada de Confederação do Equador. Ocorreu em 1824 e foi liderada por Frei Caneca e

Cipriano Barata em Recife. Eles se recusaram a participar do processo constituinte pós-independência. Eles pregavam o direito de representação do povo no governo. Também representou uma reação contra o absolutismo de D. Pedro I. Teve intensa participação popular. A confederação foi massacrada e dezenas de seus líderes mortos, inclusive Frei Caneca.

Segundo Barreto (1973), o movimento de independência é diferenciado dos demais ocorridos no Brasil, com a liderança do herdeiro do trono Português, pois D. Pedro simbolizava a manutenção da estrutura conservadora, centralizada, elitista e escravocrata. O que possibilitou uma forte aliança entre liberais e conservadores. O sucesso da independência se deu devido ao apoio da rica aristocracia rural, que formava o partido brasileiro que firmou uma aliança com o príncipe para construir uma oposição às cortes. Mas o partido brasileiro tinha ideais liberais e o jovem herdeiro do trono era movido pela sede de poder absoluto e por isso essa aliança não durou muito tempo, pois D. Pedro voltou-se para os Portugueses e rompeu com o partido Brasileiro e sendo assim, conquistou a antipatia do povo do Brasil.

Segundo historiadores, com a posse de D. Pedro, José Bonifácio assumiu o ministério e, como era um representante da elite social do país, ele pensava através das ideias europeias e iluministas. Tinha como objetivos, o aumento do trabalho assalariado, lavouras mecanizadas e o fim da escravidão. Confrontou o imperador e pediu demissão do governo.

Bonifácio (1823), fala que incluía no liberalismo a defesa da escravidão com a incorporação dos negros por meio da garantia de terras e apoio financeiro, para que com a liberdade, pudessem se tornar autônomos e preparados para a vida civil.

Na sua representação à assembleia sobre a escravatura, ele propunha a abolição do tráfico e a melhoria da sorte dos cativos e, a promoção da progressiva emancipação. Afirma no seu projeto de lei, que os princípios liberais que orientaram seu pensamento, é que sem liberdade individual não pode haver civilização, sólida riqueza e nem moralidade e justiça.

Faoro (1973) Conta que devido a uma forte divergência entre os deputados brasileiros e o soberano que exigia um poder pessoal superior ao do legislativo e do judiciário, a assembleia constituinte de 1823 foi dissolvida.

Fala que só após a independência, em 1824 a constituição é promulgada pelo imperador e foi a primeira constituição da nossa história, a única do período imperial e manteve os princípios do liberalismo moderado. Aconteceu no dia 22 de abril de 1824 e estabeleceu uma monarquia constitucional com amplos poderes ao imperador comedido pelo poder moderador, poder hereditário e a manutenção da escravidão.

“Fortalece o poder pessoal do imperador com a criação do poder moderador acima dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Ela estabelece que as províncias passem a ser governadas por presidentes nomeados pelo imperado e divide o legislativo em senado vitalício, na prática escolhido pelo imperador e câmara dos deputados eleita por voto indireto e censitário. Apenas os homens livres que cumprem algumas condições, inclusive de renda votam em suas províncias num colégio eleitoral escolhendo os deputados.” (p.333).

Segundo Costa (1999), os ataques ao imperador tornavam-se cada vez mais fortes pela oposição liberal e por isso ele aprovou uma carta constitucional em 1824, pois achava que com esse gesto conseguiria aplacar as elites e ao mesmo tempo afirmar o seu poder. Segundo a carta, o rei gozava de algumas prerrogativas que advinham do poder moderador, no qual podia escolher seus ministros, suspender, adiar ou dissolver a câmara e convocar novas eleições, nomear os membros do conselho de estado e escolher os senadores.

Ela fala que nos debates da Assembleia Constituinte, ficou claro o caráter antidemocrático das elites, que escolheram um sistema eleitoral baseado no voto indireto e com certo nível de renda, deixando assim a maioria da população brasileira sem o direito de votar.

“Ficaram excluídos do conceito de cidadãos: escravos, índios e mulheres. Na eleição primária, os votantes escolhiam os eleitores, na secundária, os eleitores escolhiam os deputados e senadores. Ficaram impedidos de votar

nas eleições primárias para escolha dos eleitores os menores de 25 anos, com exceção dos casados e oficiais militares maiores de 21, os bacharéis formados e clérigos de ordem sacra. Foram excluídos também os filhos-família, quando vivessem em companhia de seus pais, salvo no caso de exercerem ofícios públicos, os criados de servir, ressalvando-se os guarda livros e caixeiros das casas de comércio, os criados da casa imperial que não fossem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas, os religiosos que vivessem em comunidade claustral, os libertos e os criminosos pronunciados em queda ou devassa.” (Costa. 1999. p.142).

Ainda segundo Costa, durante esse período, o sistema eleitoral sempre foi controlado por uma minoria, pois as condições exigidas eram grandes, principalmente no que diz respeito à renda, já que era exigida uma renda mínima para a seleção de eleitores e, para a de votantes que escolhiam os deputados, senadores e membros dos conselhos das províncias, a renda tinha que ser ainda maior.

Como se pode observar, a primeira constituição do Brasil centralizou todo o poder nas mãos do imperador e D. Pedro I estabeleceu a participação política apenas à elite econômica.

Bonavides e Andrade (1991) relatam que na carta constitucional de 1824 considera-se a vocação autoritária do monarca, além da instalação de um sistema parlamentar bicameral, ou seja, câmara e senado. Criou-se o quarto poder pelo imperador: O moderador. O senado era composto por membros vitalícios, ao contrário da Câmara dos deputados formada por mandatários temporários. O poder moderador serviu como instrumento de intervenção do imperador em todos os assuntos do governo e, o que marcou a ação desse poder foi o exercício de um sistema que mantivesse o poder do império.

“Isso fez com que o imperador, aliás, perfeitamente dentro das suas atribuições, usasse o poder moderador como chave. Ele abria a porta do partido liberal, abria a porta do partido conservador, dissolvia quando quisesse a assembleia geral, demitia ministros.” (p.90).

Para eles, o liberalismo enquanto um processo caracterizado pela época foi decisivo para que se estabelecessem condições à governabilidade e fortaleceu a ideia de que era necessário repensar o poder moderador. Por isso mais tarde surgiu o ato adicional na organização do governo e que por meio dele foi obtido o arbítrio do poder moderador. Com o ato adicional o ideal liberal tomou forças e as evidências revolucionárias passaram a corresponder a manifestação da resistência em favor da liberdade. A lei de interpretação do ato adicional caracterizava-se como um projeto de reforma dos liberais da abdicação.

Viana (1987) procura mostrar como se firmou o eleitorado no ano da independência. É quando surgem os clãs eleitorais nos municípios e o “povo massa” passa a ter algum valor, participando da vida política do estado. Esse povo era organizado e formava o clã eleitoral a partir dos clãs feudais e parentais. Desse modo o povo passa a ter uma grande importância no que corresponde a vitórias e as lutas eleitorais. Os senhores tinham como obrigação, reunir os seus clãs feudais aos parentais, de modo que houve uma junção da velha aristocracia ao novo elemento democrático. Essa democracia tratava-se de um “jeito brasileiro” associado à figura do coronel. “O clã eleitoral não tinha nenhuma origem democrática, não provinha da vontade do povo: derivava sim, da propriedade da terra, do direito feudal da sesmaria ou latifúndio”. (p.229).

Segundo ele, a partir da independência, a organização do “povo massa” que era oferecida pelos domínios rurais, se resumia a uma mera expressão numérica, pois não tinha nada de espírito de independência e de liberdade, em face dos senhores de terra e das autoridades.

“Feito o povo massa, subitamente, a base numérica do novo sistema eleitoral, esses fatos que ocorreram com a sua aparição no campo político e no cenário eleitoral, bem demonstram que o nosso povo não estava preparado pela sua condição e pela sua forma cultural para este regime em que o povo deve ser uma entidade plenamente consciente da sua vontade”. (p.241).

Durante o reinado de D. Pedro I, ele tornou-se muito impopular, devido a vários acontecimentos no país, notava-se o descontentamento do povo por todas as partes e a

situação tornava-se insuportável para o imperador. E, em 1831 abdicou em favor do seu filho, então com apenas cinco anos de idade e partiu para Portugal.

Como relatam Matos e Gonçalves (1991):

“Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à constituição, esperando alcançar assim, a consolidação do governo monárquico. Para alguns, somente uma monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; Outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem república norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um poder executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem política e social; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplos poderes à câmara dos deputados por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do império.”
(p.5).

A história conta que quando D. Pedro I abdicou, seu filho estava com apenas cinco anos de idade e neste caso a constituição brasileira previa que o trono seria ocupado por regentes que deveriam governar o Brasil até a maioridade do menino imperador.

3.1. AS REGENCIAS E A REFORMA CONSTITUCIONAL.

O Período Regencial vai de sete de abril de 1831 até 23 de julho de 1840. Foi subdividido em regências trina provisória e permanente, regência una de Feijó e uma de Araújo Lima.

Segundo Ordonez e Quevedo (1997), A regência trina provisória foi formada por Francisco de Lima e Silva, Carneiro de Campos e Nicolau de Campos Vergueiro. Governaram o Brasil, de abril a junho de 1831 e os seus principais atos foram a anistia a todos que se achassem envolvidos em processos políticos e a readmissão do ministério deposto por D.

Pedro I. Nesse período foi regulamentado o processo da regência, onde determinava que os regentes não pudessem exercer o poder moderador, que era exclusivo do imperador.

A Regência trina permanente foi de junho de 1831 até outubro de 1835. Era formado pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e pelos deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. No início dessa regência, o então ministro da justiça era o PE. Antônio Feijó que baixou ordens proibindo os ajuntamentos noturnos em ruas e praças e criou as guardas municipais, mas renunciou ao cargo e no ano de 1835 ele venceu as eleições para ocupar o cargo de Regente do Brasil.

A Regência uma de Feijó Contava com o apoio de Evaristo da Veiga. O regente governou com mãos de ferro e via nos pobres e escravos rebeldes, inimigos poderosos da ordem. Ele sufocou muitas rebeliões, mas a todo instante estouravam rebeliões pelo país. Renunciou em 1837.

A regência uma de Araújo Lima, era do partido conservador que fazia oposição ao anterior. Assumiu a regência após a renúncia de Feijó, mas foi efetivamente eleito em 1838. Era um senador Pernambucano, governou de forma centralizada e enfrentou muitas lutas internas iniciadas no governo anterior.

Vejamos o que Fausto (1996) fala a respeito desse período:

”O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das forças armadas”. (p. 161).

Ele relata que durante o Período Regencial esteve em jogo a unidade territorial do país e o centro de debate político que foi dominado pelos temas de centralização e descentralização de poder. Medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político e a garantir as liberdades individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e grupos locais. Até a abdicação de D. Pedro I a tendência política vencedora era a dos liberais moderados que mantinham uma proporção de políticos de Minas Gerais e do Rio de

Janeiro. Padres, graduados e muitos deles possuíam escravos e grandes propriedades de terras. ((Na oposição ficava de um lado os exaltados (que defendiam a federação e a liberdade individual) e de outro os absolutistas) que defendiam a volta de D Pedro I ao trono).

Carvalho (1998) analisa os debates recorrentes no Brasil pós-independente relacionados à centralização e descentralização político-administrativa e fala que ocorreram transformações dessas duas tendências durante o período regencial e com alterações significativas.

Para ele, aconteceu um grande impacto nas elites políticas causados pelos resultados da experiência regencial com características descentralizadoras e, nesse período houve a perda da força simbólica da figura real, sendo que isso favoreceu o surgimento de novos debates políticos.

Ainda para Carvalho (1980) quem tomava as principais decisões dentro do governo central dessa época era a elite política do império. Eram os indivíduos que ocupavam os cargos no executivo e legislativo. Ou seja: imperador, conselheiros de estado, ministros senadores e deputados. Esses membros da elite faziam parte do setor terciário, da administração, ou tão simplesmente eram proprietários de terras ou comerciantes.

“Entre os membros da elite política imperial havia profissionais liberais, juízes, procuradores, padres, médicos cirurgiões, professores, homens de terras, militares, altos funcionários públicos, além de uma parte reduzida de capitalistas e proprietários”. (Carvalho. 1980.p.85) .

Ele ainda ressalta que a elite brasileira do período, era unida em torno de interesses comuns. Queriam fortalecer o estado, instituições políticas imperiais e manter a unidade da êx- colônia, mas essa união da elite política não impedia a existência de conflitos de interesses, já que o contexto descentralizador abriu espaços para novos debates políticos entre as elites provinciais no período regencial e, a negociação do interesse das elites, as divergências eram resolvidas no campo institucional, sendo a câmara dos deputados e o senado, importante local de negociação.

“O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público... Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a independência, ao circular por vários cargos políticos e por várias províncias”. (p.34).

Segundo Morel (2003), O período regencial foi o momento chave para a construção da nação brasileira. Nessa época o Brasil parecia que ia se despedaçar, devido às inseguranças, exaltações, rebeldias e repressões, mas tomou um rumo e gerou definições essenciais para a sociedade. Começava uma inusitada e imprevisível história do Brasil.

“Não foi a toa que “revolução” se constituiu em palavra chave de uma era, à qual pertence o período regencial brasileiro... A revolução não era apenas uma transformação violenta e ilegal, mas parecia como inevitável divisor de águas na cena pública, como se tivesse vida e movimento próprios.” (p.20).

Como relata Gohn (1995. P. 32-36), O período regencial do Brasil foi palco de muitas rebeliões e descreve algumas marcantes:

A BALAIADA: Ocorrida no Maranhão de 1830 a 1841 e teve a participação de negros (escravos), sertanejos pobres (homens livres, usualmente vaqueiros que trabalhavam no regime de quarta). Queriam a expulsão dos Portugueses e a restrição dos direitos dos adotivos. Foi a brecha criada para a irrupção das manifestações populares. O nome “balaçada” advém da profissão de um de seus líderes Manuel dos anjos, construtor de balaios (espécie de cestos).

CARAMURÚS: Ocorrida no Rio de Janeiro em 1832. Movimento conservador que objetivava a volta de D. Pedro I e a restauração do absolutismo disfarçado que existia antes. Era liderado por José Bonifácio e tinha base social junto à nobreza burocrática.

GUERRA DOS FARRAPOS: Rio Grande do Sul em 1835. Cerca de cinco mil homens derrubou o governo e instaurou um governo que distribuía armas, cavalos, roupas e também terra, gado e escravos aos estrangeiros em troca de seus apoios. Foi o movimento mais longo do século XIX. O nome farrapos advém das roupas rústicas que os mesmos usavam.

CABANAGEM: Pará em 1835. O descontentamento dos fazendeiros e comerciantes do Pará, com a nomeação do presidente da província pelo governo central e a miséria que vivia a população levaram ao movimento que foi um dos mais violentos do período regencial, pois resultou na morte do presidente da província Lobo de Souza. Teve uma grande participação de negros, índios e mestiços que moravam às beiras dos rios em cabanas. Daí a origem do nome do movimento.

Reis (1987), também relata uma grande rebelião escrava que aconteceu na Bahia no dia 25 de janeiro de 1835, conhecida como A Revolta do Malês que foi organizada por escravos de origem Africana, conhecidos como “Malês”. Essa rebelião teve repercussão nacional e autoridades de outros estados passaram a vigiar os negros, temendo que o exemplo baiano fosse seguido. Também foram reavivados no parlamento nacional os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos.

“Foi o levante de escravos urbano mais sério ocorrido nas Américas e centenas de africanos participaram, cerca de 70 morreram e mais de 500 foram punidos com pena de morte... As revoltas das classes livres e pobres, dos dissidentes liberais de um lado e do outro a dos escravos ameaçavam a hegemonia dos senhores da Bahia e a ordem escravocrata”. (p.7).

Costa (1999) nos fala, que durante toda a fase desses movimentos, a retórica liberal radical foi usada pelos líderes revolucionários para justificar as rebeliões e, notava-se que todos esses movimentos eram indicadores das resistências que o governo imperial tinha de superar para estabelecer a sua hegemonia. Entretanto, o discurso liberal expressava aspirações diversas e muitas vezes contraditórias, mas a maioria das pessoas que participavam dos movimentos revolucionários não agia por razões ideológicas e sim, por motivos bastante pragmáticos e concretos. Por isso ocorreram:

“Conflitos raciais e de classe, tensões entre ricos e pobres, estrangeiros e naturais da terra, brancos e pretos, recusa por parte das elites regionais em se submeter ao governo do Rio de Janeiro, a luta pelo poder entre vários segmentos das elites no nível regional, todas essas razões motivaram os levantes que mantiveram o governo central em estado de permanente

alerta por um período de cerca de vinte anos a partir da abdicação de D. Pedro I.” (p.157).

Devido às muitas discussões sobre como preservar a unidade nacional e para garantir a integridade e indivisibilidade do país, ocorreu uma mudança constitucional, promulgada pela lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, denominado de ato adicional.

Dolhnikoff (2005) nos relata que o Ato Adicional, foi uma reforma constitucional que alterou doze itens da constituição, dos quais se destaca a transformação do Brasil numa monarquia federativa, um senado eletivo e temporário, criação das assembleias legislativas locais no lugar dos conselhos gerais da província e a divisão das rendas públicas em nacionais e províncias. O debate acerca do ato adicional, revelavam a emergência de que cada província possuía assuntos distintos daqueles que era comum a todo império. Portanto, esse seria um avanço para as províncias e conseqüentemente beneficiaria todo o império. Vejamos o que diz o primeiro artigo da emenda:

“Artigo 01: O direito reconhecido e garantido pelo artigo 71 da constituição será exercitado pelas câmaras dos distritos e pelas assembleias que substituindo os conselhos gerais se estabelecerão em todas as províncias com o título de assembleias legislativas provinciais.” (1834. P.15).

Ela ressalta que houve divergências e divisões políticas por causa da medida, já que essa não era bem compreendida e aceita por todos os parlamentares. Pois, muitos consideravam que a autonomia prejudicaria a nação por delimitar poderes de esferas locais. Entretanto, o ato adicional foi confirmado e as novas medidas foram tomadas e a partir daí houve uma alteração na organização jurídica do país.

Costa (1999) diz que o ato adicional foi o resultado da luta entre liberais radicais e conservadores. Seria uma forma conciliatória encontrada temporariamente pelos grupos em jogo, pois talvez por isso, já se cogitava em revê-lo assim que foi aprovado.

“Até certo ponto, o ato adicional representava uma vitória dos setores mais liberais. Mas nem bem aprovados, foram criticados por aqueles que temiam que a autonomia local viesse a reduzir seu poder e que estavam ansiosos por eliminar as concessões que haviam feito sob pressão.” (p.154).

O ato adicional foi a lei que chegou mais perto da democracia durante o período imperial. Propunha uma reforma federativa e descentralizadora na constituição brasileira.

3.2 – A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIRO E O LIBERALISMO.

Ordonez e Quevedo (1997) relatam que foi no período regencial que surgiram os primeiros partidos políticos no Brasil.

Os Restauradores ou Caramurus – Que defendiam a volta de D. Pedro I ao governo e a monarquia centralizada e era composto por comerciantes Portugueses, alto comando do exército e alguns proprietários de terras e de escravos. (Este desapareceu do poder em 1834, com a morte de D. Pedro I, em Portugal).

Liberais Moderados ou Chimangos – Defendiam a ordem, a monarquia, poder centralizado no Rio de Janeiro e o voto censitário. Era composto por ricos proprietários de terras e de escravos de São Paulo e Rio de Janeiro. Seus líderes eram PE. Feijó e Evaristo da Veiga.

Liberais Exaltados ou Farroupilhas – Defendiam a república, a federação, união de províncias soberanas e voto universal. Era composto por profissionais liberais e militares de baixo oficialato. Seus líderes eram Miguel Frias e Cipriano Barata.

Costa (1999) fala que os partidos liberais e conservador foram sendo formados durante os anos de luta. No início do período regencial, nos seus diversos discursos pareciam estar batalhando por causas distintas. Ela relata que:

“Os liberais eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam abolição do poder moderador, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Defendiam o princípio de que o rei reina, mas não governa. Os conservadores defendiam a posição oposta: A centralização, o poder moderador, a religião católica como religião de estado e o princípio de que o rei reina e governa”. (p. 157).

Segundo a mesma, em teoria, cada um tinha um programa diferente, mas na prática as divergências políticas não eram tão grandes como pareciam. As diferenças foram ficando cada vez menos relevantes e o temor aos radicais foi aproximando os liberais e conservadores cada vez mais nos anos seguintes.

Morel (2003), fala que o período regencial caracterizou-se por muitos embates políticos envolvendo a construção do estado nacional brasileiro. Aconteceram muitas formulações de práticas políticas e sociais. Muitos debates políticos estavam em jogo naquele momento de transformações e houve a emergência de três partidos políticos: Os moderados, os exaltados e os restauradores.

Morel (p. 30,36) Analisa os partidos da seguinte forma: Os moderados defendiam o liberalismo – o equilíbrio, a liberdade limitada, a monarquia constitucional e soberania nacional. Não propunham que as camadas pobres da população fizessem parte do jogo político e não foram protagonistas das revoltas. Destaca que a moderação era vista como sinônimo de razão e, que foram os moderados que teriam dado o tom do poder político durante as regências, sendo que havia entre seus integrantes, defensores do tráfico de escravos e da agricultura de exportação.

O partido dos exaltados valorizava o federalismo e a descentralização administrativa. Defendia a participação das camadas populares da vida pública. Comenta que os exaltados não teve participação no poder central. Alguns de seus membros fizeram uso das lutas armadas e participaram de revoltas regenciais.

O restaurador apontava para o esforço do poder dos antigos corpos sociais, como oligarquias, clero, senhores locais e suas clientelas. Defendiam o fortalecimento de um estado centralizado no molde da modernidade absolutista.

Para Morel, as revoluções associavam-se à ideia de progresso e relacionava-se com a perspectiva de evolução. Entretanto, havia basicamente três respostas para o que fazer com essa revolução: Ser negada, pelos absolutistas; completar e encerrar ela, pela vertente conservadora do liberalismo e continuar, pela vertente revolucionária do liberalismo.

Bonavides (1997), fala que a vida constitucional do Brasil se fez no império à base de líderes políticos, personalidades e homens que dirigiam correntes de interesses. O partido era apenas um símbolo de aspirações políticas e não uma organização de ação e combate. Que os dois grandes partidos eram assim conceituados:

“Os liberais do império exprimiam na sociedade do tempo os interesses urbanos da burguesia comercial, o idealismo dos bacharéis, o reformismo progressista das classes e sem compromissos diretos com a escravidão e o feudo. Os conservadores pelo contrario, formava o partido da ordem, o núcleo das elites satisfeitas e revolucionarias a fortaleza dos grupos econômicos mais poderosos da época.” (p.491).

Para Costa (1999), tanto liberais como conservadores representavam grupos sociais bastante semelhantes, a politica nesse meio era mais um produto de alianças ou rivalidades familiares do que de ideologia. As lutas políticas desse período eram pelo poder entre facções lideradas pelas famílias que tinham mais prestígios.

“Ambos os partidos recorriam a todo tipo de manobras políticas para manter-se no poder, e a fraude eleitoral era prática muito difundida”. Na época de eleições, os gabinetes demitiam os funcionários e presidentes de províncias leais à oposição, criavam distritos eleitorais onde tinham amigos e aboliam os controlados pelos seus adversários. Perseguiam os que votavam na oposição, ameaçando-os com o recrutamento, enquanto recompensavam os aliados com empregos, promoções... (p.161).

Segundo a mesma, todas as lutas pelo poder tinha mais a ver com a competição entre facções do que com conflitos ideológicos fundamentais.

CONCLUSÃO

O estudo sobre o liberalismo como um dos fatos mais marcantes do século XIX possibilitou conhecer a sua maior característica, que era a preocupação com a preservação da liberdade do indivíduo.

Sendo a liberdade essencial para se alcançar a igualdade, ela constitui a essência da ideologia liberal que gera uma grande correlação com a democracia, que presume que o indivíduo é livre para expressar suas opiniões e escolher seus representantes em uma nação.

No Brasil, as ideias liberais foram acatadas no início, pelas classes dominantes como uma forma de obter a liberdade econômica e as usavam da maneira que mais lhes convinham, entretanto a ideologia liberal foi se desenvolvendo, propagando-se e ganhando forças não só na elite, que já viam no liberalismo uma forma de lutar contra o absolutismo, quanto nas classes inferiores que almejavam por uma vida melhor.

Embora muitos vejam a Independência Brasileira como um arranjo da elite para libertar o país dos laços coloniais, é a partir daí que começam as lutas pelos direitos idealizados pela doutrina liberal, que influenciou a sociedade a reivindicar seus direitos. Portanto, foi uma conquista de todos, pois mesmo de maneira limitada, vê-se aí uma tendência democrática.

Quanto ao pensamento político e social brasileiro, os escritores afirmam que ele foi herdado de Portugal e sempre existiu a cultura marcada pela presença dos valores familiares, paternalistas e patrimonialistas e, que apesar do liberalismo sempre criticar e defender a autonomia e individualidade do ser humano, o país sempre teve dificuldade de uma organização de caráter impessoal, preconizada pelo liberalismo.

A ruptura com o sistema colonial e a transferência da corte para o Brasil, provocaram grandes mudanças na ordem política e social, principalmente com os movimentos em prol da independência e as revoltas pela concentração de poder e privilégios na corte.

Neste período foram implantadas certas práticas que definiam algum espaço para a participação dos cidadãos. Foi realizada a primeira constituição brasileira que apesar de estabelecer amplos poderes ao rei, estabeleceu o direito ao voto, que mesmo tendo sido concedido apenas à elite econômica, proporcionou uma abertura para a população se manifestar e mostrar suas insatisfações em relação ao imperador, que acabou abdicando do trono.

A pesquisa constata que as rebeliões, as lutas revolucionárias liberais, nos mostram que o povo Brasileiro não é pacífico frente aos atos arbitrários dos governos autoritários e também, que pautados na ideologia liberal, veem a necessidade de construir uma consciência democrática na sociedade Brasileira. Vê-se nas revoluções o sentimento de igualdade e liberdade proposto e, que naquele tempo já evidenciavam aspirações democráticas.

As rebeliões tiveram muitos aspectos negativos, devido à onda de violência que as envolviam, mas também teve as suas conquistas, pois foi através delas que se conseguiu a emancipação política, a independência econômica e administrativa, liberdade para exportação, a mudança de capitania para província, libertação dos escravos e muitas outras. E, ao longo dos anos, esta conquista vem acontecendo cada vez mais e isso, se deve ao comprometimento de boa parte da sociedade com a defesa dos ideais democráticos, com o respeito às liberdades individuais e coletivas e a fiscalização sobre os governantes. Embora o povo ainda precise de mais informações de como exercer a sua cidadania, aos poucos vão aprendendo que é participando dos assuntos de toda sociedade que terão êxito nas suas vontades.

Os estudos mostram que a essência da democracia está em dois princípios: O voto e os partidos políticos. No Brasil, desde o início, estes princípios foram reprimidos por vários motivos. Não havia liberdade necessária nem para a formação dos partidos e nem para a participação do povo nos assuntos governamentais e isso, é fundamental para que tenhamos um país democrático e em desenvolvimento.

Sabe-se que a democracia no nosso país é vista como um tema polêmico e muitas vezes tratado com ironia, mas devemos acreditar que apesar dos pesares, a cada dia surgem grupos insatisfeitos que lutam contra as imposições representativas e pela igualdade social.

Sendo o Brasil um país democrático, ainda existe muita desigualdade social. Porém, nota-se um grande avanço na participação política das classes, principalmente a das mulheres. A população está mais unida nas lutas por mais políticas sociais duráveis e nas cobranças para que os recursos sejam realmente investidos principalmente na educação, educação esta, que proporcionará além de uma vida financeira melhor, uma conscientização dos seus direitos como cidadãos.

Para concluir, vi que durante o processo de independência do Brasil ocorreram muitas lutas com preceitos liberais, que de alguma forma contribuíram para que hoje o país tenha uma sociedade mais consciente dos seus direitos. Seria interessante que outros também procurassem conhecer e quem sabe de alguma forma ajudar o Brasil a ser um país cada vez mais justo, uma sociedade mais igualitária e totalmente democrática.

REFERENCIAS:

- ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. Estrutura Jurídico-Política. Rio de Janeiro Graal. 1981.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo. Brasiliense. 1988.
- BONAVIDES Paulo. Ciência política. Rio de Janeiro. Forense. 1992.
- BONAVIDES Paulo. E ANDRADE Paes. História constitucional do Brasil. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1991.
- BONIFACIO, José. Representação à Assembleia Geral Constituinte e legislativa do Império do Brasil. São Paulo. 1823.
- BARRETO. Vicente. A ideologia Liberal do processo da Independência do Brasil. (1789-1824). Brasília. Câmara dos Deputados. 1973.
- BRASIL. Coleção de leis do Império do, 1834- pag. 15. Volume 01 (publicação original.).
- CARVALHO José Murilo de. Cidadania no Brasil; O longo caminho. Rio de Janeiro. 2001.
- CARVALHO. José Murilo de. A construção da ordem. Rio de Janeiro. Campus. 1980.
- CARVALHO. Jose Murilo de. Federalismo e centralização do império brasileiro: história e argumento. Pontos e bordados: Escritos de história e política. Belo Horizonte. UFMG. 1998.
- COSTA, Emília Ivoti Da. Da monarquia a republica. Momentos decisivos. São Paulo. UNESP. 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial- Origem do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo. Ed. Globo. 2005

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Globo. 1973.

FAUSTO, Boris Historia do Brasil. São Paulo. Edusp. 1996.

FERNANDES Florestan. A revolução burguesa no Brasil; Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro. Zahar. 1975.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos e lutas sociais: A construção das cidadanias dos brasileiros. São Paulo. Loyola. 1995.

MATOS Ilmar Rohloff de. E GONÇALVES Marcia de Almeida. O Império da boa sociedade. A consolidação do estado imperial Brasileiro. Coleção historia em documentos. Atual editora. São Paulo. 1991.

MOREL Marco. O Período das Regências (1831-1840). Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2003.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. Liberalismo Político no Brasil: O liberalismo no Brasil imperial. Rio de Janeiro. Revan. 2001.

ORDONEZ, Marlene, QUEVEDO, Júlio. História- Horizontes. São Paulo IBEP. 1997.

PAIM, Antônio. Historia do liberalismo brasileiro. São Paulo. Mandarim. 1998.

PRADO Jr. Caio. Evolução política do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1972.

REMOND, René. O século XIX. São Paulo. Cultrix. 1981.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. Brasiliense. São Paulo. 1987.

SANTOS, Wanderley G. dos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo. Duas cidades. 1978.

STEWART Jr. Donald. O que é o liberalismo. Rio de Janeiro. Instituto Liberal. 1995.

VIANA, Oliveira, Instituições Políticas brasileiras. São Paulo. USP. 1987.

VON Mises, Ludwig. Liberalismo Segundo a Tradição Clássica. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. Tradução de Haydn Coutinho Pimenta. 2ª edição. 2010.